



NAÇÕES UNIDAS  
CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL  
COMISSÃO ECONÓMICA PARA A AFRICA

*Vigésima-Oitava Reunião do Comité de Peritos*



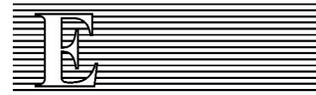
COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA

*Quarta Reunião do Comité de Peritos*

---

**Reunião do Comité de Peritos da 2ª Reunião Anual Conjunta  
da Conferência dos Ministros de Economia e Finanças da UA e  
da Conferência dos Ministros de Finanças, Planeamento e  
Desenvolvimento Económico da CEA**

*Cairo, Egipto  
2-5 de Junho de 2009*



Distr.: Geral  
E/ECA/COE/28/6  
AU/CAMEF/EXP/6(IV)  
Data: 13 de Maio de 2009

Original: Inglês

**A crise financeira mundial: impacto, respostas e via a seguir**

## **I. Introdução**

1. A crise financeira e económica mundial apresenta problemas consideráveis para os países africanos. Ela pôs em evidência as deficiências no funcionamento da economia mundial e alertou para a necessidade de uma reforma da arquitectura financeira internacional. Embora a crise tenha sido desencadeada pelos factos ocorridos no mercado mobiliário nos Estados Unidos, ela propagou-se por todas as regiões do mundo com consequências desastrosas para o comércio, investimento e crescimento mundiais. A crise financeira representa um sério revés para a África porque ocorre num momento em que a região está a fazer progressos tanto no desempenho como na gestão económica. Desde 2000, a região da África regista uma taxa de crescimento médio de valor real superior a 5 por cento e a inflação ficou abaixo de 10%. Houve igualmente melhorias significativas na governação e uma diminuição no número de conflitos armados, tornando a região mais atractiva para os fluxos de capitais privados. Os fluxos líquidos de capitais privados para a África aumentaram de 17,1 biliões de US dólares em 2002 para 81 biliões de US dólares em 2007 (CEA e APF, 2008). A crise financeira e económica mundial ameaça reverter todos os ganhos obtidos no desempenho e gestão económica.

2. A actual crise ocorre num momento em que a região está lentamente a recuperar-se dos efeitos negativos da crise petrolífera e alimentar. Neste contexto, o principal problema que os países africanos enfrentam é encontrar os meios para gerir a crise para que ela não reduza os progressos realizados desde o início do novo milénio e não frustre as perspectivas da realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs). Este documento identifica os principais canais de propagação da crise financeira em África e avalia o seu impacto na região. Analisa igualmente as recentes medidas tomadas pelos Governos Africanos e organizações regionais para atenuar os efeitos da crise nas economias na região. Por fim, o documento examina as orientações e as medidas a serem tomadas a nível internacional para garantir que a crise financeira e económica não se transforme numa crise humanitária em África.

## **II. Impacto da crise em Africa**

3. Nos primeiros meses da crise financeira, julgava-se que o impacto nos países africanos seria mínimo por causa da sua baixa integração na economia mundial. Além disso, os países africanos têm mercados interbancários muito exíguos e vários países têm restrições nos novos produtos financeiros bem como na entrada nos mercados, o que os deve proteger dos efeitos directos da crise financeira mundial. Factos recentes demonstraram que os efeitos negativos do contágio já afectaram a região da África. Por exemplo, alguns índices indicam que em 2009 a crise reduzirá o crescimento económico em África de 2 a 4% dependendo da disponibilidade de financiamentos externos à região e da eficácia das medidas tomadas pelos países desenvolvidos para relançar a procura mundial. Tendo em conta a heterogeneidade dos países africanos, a crise certamente afectará alguns países muito mais do que outros. Prevê-se que em 2009 a diminuição no crescimento económico será mais acentuada em Angola, Botswana, África do Sul, Guiné Equatorial e Sudão, que devem perder mais de 4% no crescimento. No Egipto, Quênia, Cabo Verde, Nigéria, Etiópia, Tunísia, Namíbia, Moçambique, Sierra Leone, Lesoto, Gana e a República Democrática do Congo, o crescimento deve baixar entre 2 e 3% em 2009.

4. Convém realçar que a crise está a afectar todas as categorias de países na região, sejam os que têm políticas económicas e governação sólidas, os que têm resultados macroeconómicos pouco satisfatórios, os Estados frágeis, as pequenas e grandes economias, os países exportadores de petróleo e não exportadores de petróleo. Isso mostra que os efeitos reais da crise na região não se devem somente à natureza das políticas macroeconómicas e da governação nos países

africanos. Por isso, é necessário proporcionar assistência aos países na região para lhes permitir fazer face ao abrandamento da economia mundial e proteger os grupos vulneráveis.

### **Mercados financeiros, bancos e taxas de câmbio**

5. O impacto da crise em Africa propaga-se tanto de forma directa como indirecta. Os efeitos directos fazem-se sentir sobretudo no sector financeiro. A volatilidade dos mercados aumentou desde o início da crise e as perdas foram registadas nas principais bolsas de valores. No Egipto e na Nigéria, os índices dos mercados financeiros baixaram em cerca de 67% entre Março de 2008 e Março de 2009. Perdas significativas foram igualmente observadas no Quênia, Maurícias, Zâmbia e Botswana. O choque nos mercados financeiros começa a ter sérias repercussões no sector financeiro e na procura mundial. Essas perturbações terão uma incidência negativa na situação dos bancos e, se as actuais tendências continuarem, os empréstimos não produtivos vão se multiplicar no sector bancário, o que terá consequências desastrosas para a estabilidade financeira na região. No Gana, a proporção de empréstimos não produtivos em relação ao total de empréstimos aumentou de 7,9 por cento para 8,7 por cento entre 2006 e o terceiro trimestre de 2008. No Lesoto, aumentou de 2 por cento para 3,5 por cento durante o mesmo período (FMI 2009).

6. Até então, as falências foram raras na região, sobretudo porque os bancos africanos não investiram nos mercados hipotecários de alto risco e nos títulos garantidos por activos. São no entanto vulneráveis aos efeitos do contágio resultantes do elevado número de bancos estrangeiros em vários países na região. Se os bancos estrangeiros reduzirem a sua participação ou venderem os seus activos, haverá sérias consequências negativas para o sector financeiro em Africa. Os países que estão mais expostos a este risco são Botswana, Cabo Verde, República Centro Africana, Chade, Côte d'Ivoire, Guiné Equatorial, Lesoto e Zambia. Nestes países a predominância de bancos estrangeiros é muito elevada.

7. Os mercados cambiais dos países africanos sofreram enormes pressões desde o início da crise. No primeiro trimestre de 2009, o cedi Ganense desvalorizou em relação ao dólar dos EUA em 14 por cento e o naira Nigeriano desvalorizou em 10 por cento. O kwacha Zambiano perdeu igualmente 13 por cento do seu valor relativamente ao dólar dos EUA durante o mesmo período. O Quadro 1 apresenta os dados sobre as variações previstas nas taxas de câmbio em determinados países africanos em 2009. Prevêem-se depreciações significativas no Gana (21%), Uganda (22%), República Democrática do Congo (23%), Africa do Sul (27%), Nigéria (27%), Zâmbia (43%), Comores (45%), e Seychelles (84%). Vários destes países têm uma dívida externa elevada, de tal modo que a depreciação das suas moedas em relação ao dólar poderá sobrecarregar o serviço da dívida na região. Aumentará igualmente o custo dos produtos intermédios importados, com consequência para a produção, rendimento e emprego. Por outro lado, considerando que vários países na região são importadores de géneros alimentícios, que são uma das principais componentes do índice de preço no consumidor, a depreciação de moedas prevista na região aumentará os preços de produtos de consumo internos e reduzirá o acesso dos grupos vulneráveis aos alimentos. A depreciação das taxas cambiais aumentará igualmente os riscos das taxas cambiais enfrentados pelas empresas nacionais e aumentará a probabilidade de não cumprirem o pagamento dos empréstimos devidos aos bancos nacionais, aumentando deste modo a vulnerabilidade desses bancos.

**Quadro 1: Variações nas Taxas Cambiais em Africa**

País	Moeda	Previsão de depreciação da moeda em relação ao dólar dos Estados Unidos em 2009 (%)
Seychelles	Rupia	84.2
Comores	Franco	45.2
Zâmbia	Kwacha	43.4
Nigéria	Naira	27.3
Africa do Sul	Rand	27.1
República Democrática do Congo	Franco	23.7
Uganda	Xelim	22.4
Gana	Cedi	21.1
Etiópia	Birr	19.8
Maurícias	Rupia	19.5
Madagascar	Ariary	17.9
Tunísia	Dinar	17.1
Quênia	Xelim	16.5
Namibia	Dólar	15.0
Sierra Leone	Leone	14.7
Mauritânia	Ouguiya	14.3
Cabo Verde	Escudo	13.8
Botswana	Pula	13.5
Tanzânia	Xelim	13.3
Guiné	Franco	13.1
Lesoto	Loti	12.8
Swazilândia	Lilangeni	12.8
Marrocos	Dirham	11.4
Moçambique	Metical	10.7

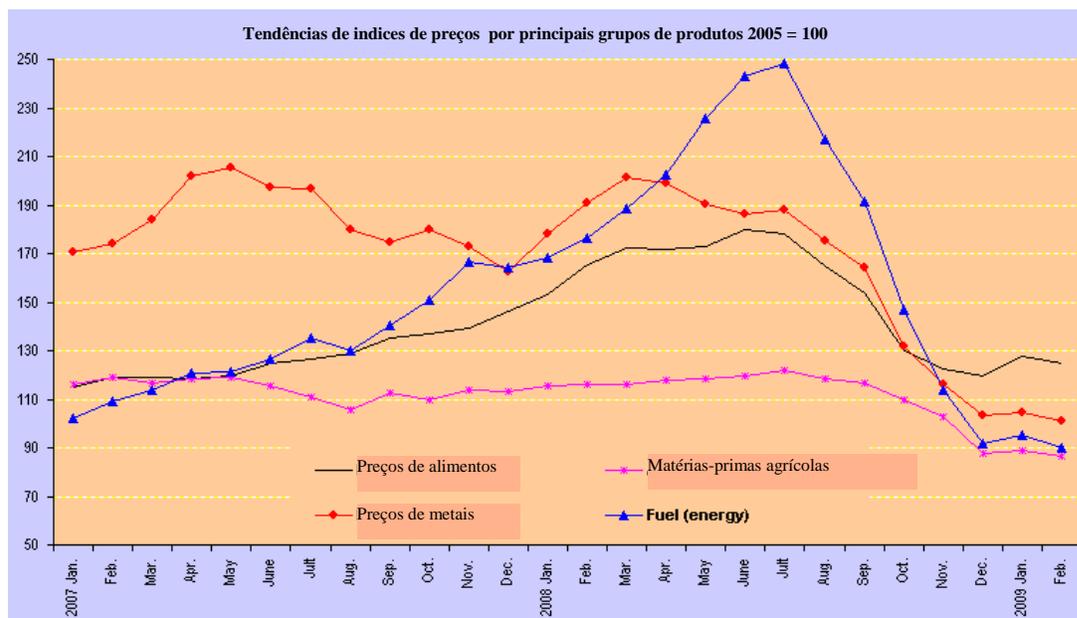
*Nota:* Segundo os dados provenientes de Economist Intelligence Unit (EIU).

8. A crise financeira aumentou também os prémios de risco que os países africanos têm de pagar aos mercados de capitais internacionais. É evidente que vários países na região têm dificuldade na obtenção de fundos dos mercados de capitais internacionais. Por exemplo, Quênia, Nigéria, Tanzânia e Uganda cancelaram os planos de obtenção de fundos nesses mercados. O esgotamento desta fonte de financiamento externo constitui um sério revés para o desenvolvimento na região porque o dinheiro obtido deveria servir para o financiamento de desenvolvimento de infra-estruturas e incentivar o crescimento. O sector privado está também a enfrentar problemas na obtenção de fundos nos mercados de capitais internacionais

#### **Preços dos produtos de base e comércio**

9. A crise financeira está a ter igualmente incidências negativas no comércio nos países africanos. Particularmente, houve uma diminuição significativa nos preços dos produtos essenciais exportados pelos países africanos desde o segundo semestre de 2008. A Figura 1 apresenta as tendências nos preços de quatro grupos de principais produtos de base exportados pela Africa. Mostra que houve uma tendência descendente nos preços desses grupos de produtos de base desde o Segundo semestre de 2008. O produto mais afectado foi o petróleo bruto, cujo preço baixou mais de 50 por cento entre Fevereiro de 2008 e Fevereiro de 2009. Os preços de cobre, café, algodão e açúcar também baixaram mais de 20 por cento durante o mesmo período. .

**Figura 1: Tendências nos índices de preços dos principais grupos de produtos de base**



**Fonte:** Base de dados online do FMI .

10. O volume de exportações pelos países africanos também diminuiu por causa da crise financeira. O abrandamento do crescimento económico nos três principais mercados de exportação – Europa, Estados Unidos e China – afectou a procura das exportações da Africa. O crescimento das exportações da Africa em termos reais passou de 4,5% em 2007 para 3% em 2008. O crescimento das importações passou de 14% em 2007 para 13% em 2008 (Quadro 2). Embora os dados sobre o comércio referentes a 2009 não estejam ainda disponíveis, as previsões da Organização Mundial do Comércio indicam que o volume do comércio global deve baixar em 9% em 2009, o que terá um efeito negativo nas exportações da Africa em 2009.

11. A redução dos preços dos produtos de base e dos volumes de exportações levou a um decréscimo nas receitas de exportações nos países africanos. No Burundi, as receitas de café caíram em 36% entre Outubro e Novembro de 2008. Em Angola, as receitas de exportações devem baixar de 67 biliões de US dólares em 2008 para 23 biliões de US dólares em 2009, enquanto que em Cabo Verde, devem baixar de 90 milhões de US dólares em 2008 para 84 milhões de US dólares em 2009. Em Côte d'Ivoire, as receitas devem baixar de 10,4 biliões de US dólares em 2008 para \$7,7 biliões de US dólares em 2009. A redução nas receitas de exportações impedirá os Governos de financiar a importação dos factores de produção. Limitará igualmente a capacidade dos Governos de atenuar os efeitos negativos da crise na economia.

**Quadro 2: Comércio de mercadorias** (variações na percentagem anual em preços fixos)

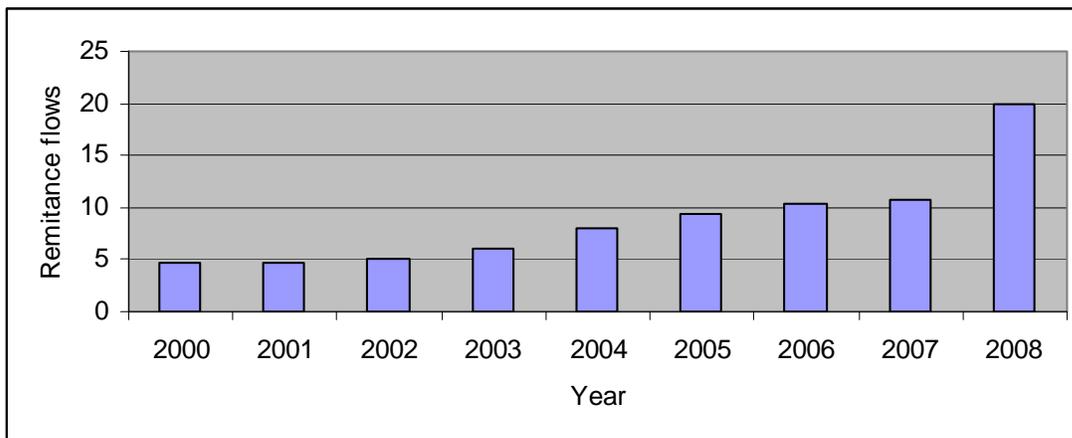
	Exportações	Importações
2006	1.5	10.0
2007	4.5	14.0
2008	3.0	13.0

**Fonte:** OMC.

## Remessas dos trabalhadores

12. As remessas dos trabalhadores desempenham um papel importante no financiamento do desenvolvimento em África desde o início do novo milénio. A figura 2 mostra que as transferências de fundos para a África Subsaariana aumentou de 4,6 biliões de US dólares em 2000 para \$20 biliões de US dólares em 2008. Uma grande parte desses fundos para a África Subsaariana financia o consumo das famílias e portanto tem uma incidência directa na pobreza. Receia-se em África que o abrandamento económico mundial reduzirá o fluxo de remessas para a região, uma vez que os trabalhadores imigrantes na Europa, América do Norte e Estados do Golfo perderam o emprego e deverão regressar ao seu país. Dados recentes fornecidos pelo Banco Mundial indicam que a crise financeira reduzirá os envios de remessas à África entre 1 bilião e 2 biliões de US dólares em 2009 em relação a 2008. Libéria, Lesoto, Gâmbia e são muito vulneráveis às reduções nas remessas porque os envios representam mais de 10% dose produto interno bruto (PIB). Os países do Norte da África são igualmente vulneráveis, porque recebem um montante considerável em remessas, embora as entradas representem uma pequena percentagem do PIB.

**Figure 2: Transferência de remessas para a África Subsaariana (em biliões de dólares)**



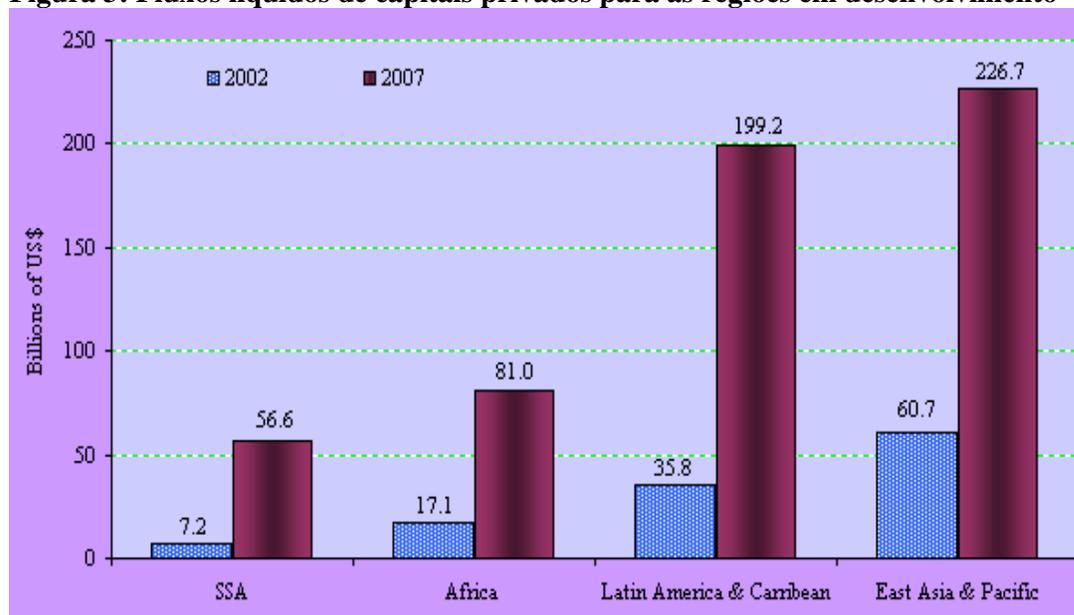
*Fonte:* Ratha and Zu (2007) e base de dados do Banco Mundial.

## Fluxos de capitais privados

13. A crise financeira reduziu as perspectivas para os fluxos de capitais privados na região. Nos últimos anos, houve um aumento significativo nos fluxos de capitais privados na região (figura 3). Os montantes do Investimento Estrangeiro Directo (IED) foram 53 biliões de dólares em 2007 e 6,9 biliões de dólares em 2008. Contudo, há indicações de que os fluxos do IED na região baixarão em 2009 por causa do abrandamento económico mundial. Há muitas vezes um desfasamento entre esses fluxos e o crescimento e por isso não surpreende que o impacto total da crise nos fluxos para a África se sinta mais em 2009 e nos anos seguintes. Outras formas de fluxos de capitais privados foram igualmente afectadas pela crise. Antes da crise, países como Gana e Gabão emitiam obrigações nos mercados de capitais internacionais. Devido à crise, esta fonte de financiamento externo esgotou-se e vários países africanos (nomeadamente, Nigéria e Quénia) enfrentam problemas na emissão de obrigações nos mercados de capitais internacionais. Em Burkina Faso o lançamento de projectos mineiros foi atrasado por causa de falta de financiamento. Na República Democrática do Congo, BHP Billiton, um grande investidor estrangeiro, suspendeu a prospecção do níquel por causa dos preços muito baixos dos minérios. O

esgotamento dessas fontes de financiamento externo reduziu o crescimento e o desenvolvimento na região.

**Figura 3: Fluxos líquidos de capitais privados para as regiões em desenvolvimento**



*Fonte:* Comissão económica para a África.

### Ajuda Pública ao Desenvolvimento

14. Vários países africanos dependem da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (ODA) para o financiamento dos programas do governo. Houve um aumento dos fluxos de ODA para a África desde que o Consenso de Monterrey foi adoptado em 2002, tendo passado de 21 biliões de dólares em 2002 para 38,7 biliões de dólares em 2007. Espera-se contudo que os doadores reduzam os fluxos de ODA para a região em virtude da crise financeira. Embora não haja nenhuma prova de que os doadores tencionam reduzir os fluxos, a experiência e os dados económicos demonstram que os fluxos de ODA são geralmente pró-cíclicos e por isso pode-se esperar uma diminuição. Além disso, as pressões para a recapitalização do sector bancário e concessão de ajuda aos sectores em dificuldades podem obrigar os países desenvolvidos a reduzir os fluxos de ODA para a África. O Quadro 3 mostra os 23 países que são muito vulneráveis às reduções dos fluxos de ODA. Nestes países, ODA representou mais de 10% do rendimento nacional bruto durante o período de 2000-2007. Libéria, Burundi, Guiné-Bissau, Sierra Leone e Eritreia são particularmente vulneráveis com a percentagem muito elevada de ODA em relação ao rendimento nacional bruto.

**Quadro 3: Desembolsos líquidos da ajuda pública ao desenvolvimento aos principais países africanos beneficiários (percentagem de rendimento nacional bruto)**

País	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	(2000-07)
Libéria	17.4	9.6	11.4	30.4	57.1	55.5	56.2	120.4	44.7
Burundi	12.9	21.4	28.0	39.4	55.5	46.9	47.8	49.5	37.7
Guiné-Bissau	39.5	32.8	30.8	64.6	29.5	22.8	27.6	35.4	35.4
Sierra Leone	29.4	42.9	42.3	35.0	36.1	29.6	24.8	32.7	34.1
Eritreia	27.7	42.0	36.8	55.0	42.4	36.8	11.9	13.0	33.2
Rep. Dem. do Congo	4.5	5.7	22.4	98.8	29.1	26.4	25.2	14.1	28.3
Moçambique	22.5	25.5	55.1	23.5	23.2	21.2	26.1	26.3	27.9
São Tomé e Príncipe	...	...	...	...	...	29.3	18.0	25.0	24.1
Ruanda	18.7	18.4	22.1	19.2	25.3	24.4	20.5	21.5	21.3
Malawi	26.1	24.1	14.4	21.6	19.5	20.6	21.9	20.8	21.1
Zâmbia	25.8	15.9	22.3	17.8	22.0	17.3	14.4	9.7	18.1
Mauritânia	19.8	25.0	27.8	18.6	11.7	9.6	6.9	12.5	16.5
Uganda	14.5	14.8	12.8	16.3	18.2	14.0	16.7	15.7	15.4
Cabo Verde	18.1	14.2	15.2	18.3	15.8	16.7	12.2	11.9	15.3
Gâmbia	12.4	13.2	17.4	18.0	14.5	13.7	16.1	12.1	14.7
Etiópia	8.5	13.5	16.8	18.8	18.1	15.6	12.9	12.5	14.6
Niger	11.7	13.1	13.9	17.0	18.0	15.3	13.9	12.8	14.5
Mali	15.0	14.5	15.3	13.2	12.4	13.8	14.9	15.4	14.3
Tanzânia	11.6	13.6	13.1	17.0	15.8	10.6	12.9	17.4	14.0
Madagascar	8.4	8.2	8.6	10.1	29.2	18.4	13.8	12.3	13.6
Burkina Faso	13.0	14.0	14.5	12.2	12.6	12.9	15.1	13.9	13.5
Gana	12.4	12.3	10.9	13.0	16.2	10.9	9.3	7.5	11.6
Djibouti	12.6	9.6	12.8	11.7	8.8	9.8	13.7	12.3	11.4

*Fonte:* OCDE (para ODA) e Banco Mundial, Indicadores do Desenvolvimento Africano (para RNB).

#### Desenvolvimento social e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

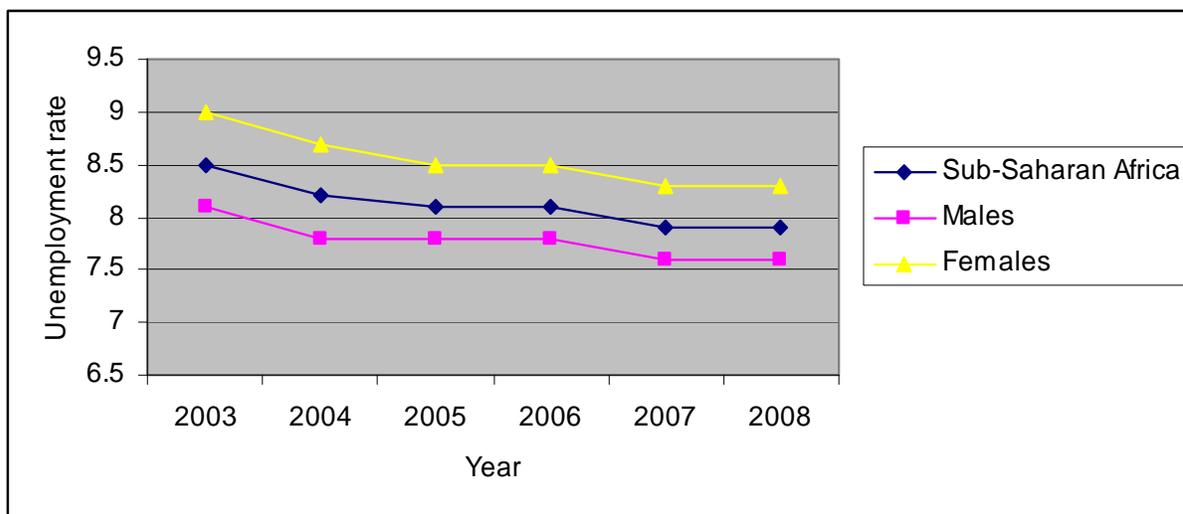
15. Não há dúvida que uma das consequências importantes da crise financeira para a África é a redução do financiamento tanto interno como externo. O esgotamento de importantes fontes de financiamento do desenvolvimento diminui a capacidade dos países africanos de incentivar o crescimento e realizar os ODMs. Embora os dados sobre os principais indicadores de 2009 não estejam disponíveis para a maior parte dos países da região, pode-se esperar que o declínio no espaço fiscal, devido ao esgotamento de fontes tradicionais de financiamento de desenvolvimento, reduza a capacidade dos países africanos de financiamento dos programas da saúde, educação, infra-estrutura e nutrição.

16. A redução prevista dos fluxos de ODA terá um efeito devastador nas economias dependentes da ajuda na região. Em vários países, ODA é responsável por mais de 30 por cento das receitas públicas ou orçamentos. Uma vez que os países africanos são muito dependentes dos programas de protecção social baseados na ajuda, qualquer redução da ajuda pode afectar os pobres consideravelmente e aumentar deste modo a sua vulnerabilidade. É necessário que os doadores honrem os compromissos existentes em relação aos fluxos de ajuda para a África para que os Governos na região possam proteger os seus vulneráveis cidadãos e evitar que mais pessoas atinjam a pobreza.

17. A crise financeira terá também um efeito indirecto na pobreza através do seu impacto no desemprego. A Figura 4 mostra que as taxas de desemprego na África Subsaariana estavam numa

trajetória descendente antes da crise. Isto se verificou tanto para homens como para mulheres, embora a taxa seja geralmente mais elevada para mulheres. A taxa de desemprego caiu de 8,5% em 2003 para 7,9 % em 2008. Receia-se, no entanto, que a crise aumente a taxa de desemprego em 2009, em virtude da redução da produção e do encerramento das fábricas. Segundo a previsão da Organização Internacional do Trabalho, na pior das hipóteses, a taxa de desemprego em 2009 na África Saariana aumentará em cerca de 0,6% relativamente à taxa de 2008. Isto implica um aumento de 3 milhões no número de desempregados entre 2007 e 2009.

**Figura 4: Taxas de desemprego na Africa Subsaariana, 2003-2008 (percentagem)**



Fonte: OIT.

### III. Medidas tomadas para fazer face à crise

#### *Medidas tomadas pelos países*

18. Os países africanos tomaram várias medidas para atenuar o impacto da crise financeira nas economias, nomeadamente as reduções das taxas de juros, recapitalização das instituições financeiras, aumento de liquidez nos bancos e empresas, pacotes de incentivos fiscais, transformação nas políticas comerciais, e reformas da regulamentação. As medidas adoptadas variam de país para país, dependendo do espaço fiscal existente bem como do grau de vulnerabilidade em relação à crise. Os países exportadores do petróleo têm mais espaço fiscal que lhes permite aplicar políticas anticíclicas porque acumularam grandes reservas de divisas durante o período das recentes subidas do preço do petróleo. Nos países não exportadores do petróleo, contudo, a capacidade de adopção de medidas anticíclicas é bastante limitada e assim a aplicação de medidas de incentivos fiscais não se propagou nesses países. Além das medidas acima mencionadas, alguns países criaram grupos especiais ou comités para acompanhar a crise financeira e recomendar medidas ao Governo. Ruanda, Quênia, Nigéria e a República Democrática do Congo são exemplos de países que adoptaram esta abordagem.

#### Modificação das taxas de juros

19. Desde o início da crise, dos países na região, dos quais existem informações, 18 modificaram as taxas de juros em resposta à crise. Em Botswana, o banco central reduziu as taxas de juros de 50 pontos de base em Dezembro de 2008, depois uma redução de um ponto de

percentagem em 27 de Fevereiro de 2009. No Egipto, o Banco Central reduziu as suas taxas de juro dia-a-dia e de empréstimo em 50 pontos de base em 26 de Março de 2009. O Banco Central da Nigéria também reduziu a sua taxa de juro de 10,25 por cento para 9,25 por cento. Outros países que reduziram as taxas de juro são Quênia, Maurícias, países que estão no âmbito do Banco dos Estados da África Central, África do Sul, Suazilândia e Tunísia. Convém realçar que enquanto a maioria dos países reagiram à crise através da redução das taxas de juro, a República Democrática do Congo aumentou a taxa de juro. Na realidade, o Banco Central aumentou a sua taxa de juro quatro vezes numa tentativa de combater a inflação.

#### Injecção de liquidez

20. Alguns países tomaram medidas no sentido de aumentar a liquidez no sistema bancário e nas empresas nacionais. Por exemplo, no Benin, Burkina Faso, Côte d'Ivoire, Guiné-Bissau, Mali, Níger e Togo, o Banco Central Comum (BCEAO) injecta liquidez semanalmente no mercado monetário regional. Nos Camarões e Libéria, um apoio ou fundo de garantia foi criado para as empresas. Na Tunísia, o Banco Central instituiu novos mecanismos de depósito e de crédito para melhorar o fluxo de crédito e aumentar a liquidez no sistema bancário.

#### Recapitalização dos bancos e reforma da regulamentação

21. Alguns países tomaram medidas específicas para a recapitalização dos bancos nacionais. No Mali, o Governo decidiu recapitalizar o Banque de l'Habitat du Mali para aumentar e promover o financiamento de habitação. Na Tunísia, o Banco Central duplicou o capital para o financiamento de pequenas e médias empresas com vista a incentivar os investimentos internos. O Conselho Monetário e de Crédito Argelino emitiu igualmente instruções para os bancos comerciais no sentido de aumentarem o seu capital de 2,5 biliões de dinares Argelinos para um mínimo de 10 biliões de dinares Argelinos (142 milhões de dólares) no prazo de 12 meses. O Conselho também desenvolveu uma série de reformas bancárias para reforçar o sistema financeiro. O Governo do Quênia promulgou também uma legislação que aumentará a necessidade de capital mínimo para os bancos de 250 milhões de xelins para 1 bilião de xelins até 2012.

#### Medidas de política fiscal

22. Os pacotes de incentivos fiscais foram revelados em vários países com vista a atenuar os efeitos da crise e dinamizar o crescimento. Em Cabo Verde, o orçamento de 2009 prevê um aumento 17 % nas despesas públicas para relançar a economia. No Egipto, um pacote de incentivos fiscais de 15 biliões de libras Egípcias foi anunciado pelo Governo. Gabão, Marrocos, Namíbia, Nigéria, São Tomé e Príncipe, África do Sul e Tunísia adoptaram igualmente medidas de incentivos fiscais. Na maior parte destes pacotes, foi realçado o desenvolvimento de infra-estruturas. Ao contrário dos outros países, Namíbia adoptou medidas fiscais que envolvem o aumento de 24% do salário da função pública. O plano de incentivos da África do Sul, anunciado em Fevereiro de 2009, é muito ambicioso e tem quatro vertentes: um programa trienal de investimento público de 69,4 milhões de dólares; expansão das oportunidades de emprego do sector público; aumento nas despesas sociais; e assistência ao sector privado. O plano de relançamento adoptado por Marrocos inclui medidas para a melhoria do acesso ao crédito, incentivos fiscais, formação profissional para os trabalhadores, e medidas de luta contra a burocracia e a corrupção.

23. Restrições fiscais foram também aplicadas por vários países africanos em resposta à crise. O Governo do Quênia fez cortes orçamentais até o montante de 25 biliões de xelins. No Benin, o Governo tenciona reduzir subsídios sobre a importação de géneros alimentícios e petróleo para recuperar recursos financeiros. No Botswana, restrições foram impostas sobre as despesas de viagem, compra de veículos e a criação de novos postos. Em Angola, o Governo pretende rever o seu orçamento em baixa, prevendo a redução das receitas petrolíferas.

#### Política comercial

24. O relançamento do crescimento económico através do comércio tem sido uma componente importante dos planos de intervenção em vários países, Camarões reduziu ou suprimiu as taxas de importação sobre o equipamento, instrumentos e bens necessários para a pesquisa e exploração do petróleo. Na Libéria, a Presidente anunciou os planos para a redução das tarifas comerciais bem como das contribuições comerciais da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental. Tunísia aumentou os créditos atribuídos para viagens que visam incentivar as exportações e Mali introduziu medidas para reembolsar às companhias de exploração das minas de ouro o imposto sobre o valor acrescentado (IVA) e direitos de importação cobrados nas suas operações de 2006/2007. Em Madagascar, o Banco Central desvalorizou a moeda local para melhorar a competitividade das exportações. O Governo lançou igualmente uma campanha de promoção das exportações.

#### Melhoria da mobilização dos recursos internos

25. Alguns países africanos têm usado a actual crise como uma oportunidade para a introdução das reformas destinadas a dinamizar a mobilização dos recursos internos. No Burkina Faso, o Governo tenciona empreender uma reforma geral da sua política fiscal em 2009 a fim de alargar a base fiscal e aumentar o montante das receitas. Cabo Verde, Senegal e África do Sul tomaram medidas para o aumento das receitas fiscais. O Governo do Quênia tenciona privatizar algumas empresas públicas. Lançou também obrigações sobre infra-estruturas no valor de 18,5 biliões de xelins no mercado de capitais locais.

#### ***Medidas tomadas a nível regional***

##### Coordenação e formação de consenso

26. Os Ministros Africanos de Finanças e Planeamento e os Governadores dos Bancos Centrais reuniram-se em Tunes, Tunísia, a 12 de Novembro de 2008, para analisar as implicações da crise financeira em África e identificar as medidas apropriadas com vista a atenuar o seu impacto na região. A reunião foi organizada conjuntamente pela Comissão Económica para a África, Banco Africano de Desenvolvimento, e Comissão da União Africana. O comunicado emitido no fim da reunião sublinhou a necessidade de tomar medidas enérgicas e audaciosas para atenuar os efeitos da crise nas economias africanas. Os decisores africanos preconizaram as seguintes medidas na reunião:

- Os países devem proceder a uma análise global da regulamentação e dos regimes de controlo com vista a identificar os domínios que poderão ser melhorados. Particularmente, todos os sectores financeiros deverão ser enquadrados por uma regulamentação e um sistema de controlo próprios, para impedir que algumas instituições financeiras tomem riscos excessivos.

- A política macroeconómica e as reformas estruturais implementadas em África nas últimas duas décadas foram úteis para os países africanos. No entanto, é necessário aprofundar mais as reformas económicas para atenuar os efeitos da crise e lançar as bases para o crescimento sustentável na região.
- Embora as medidas destinadas a restaurar o crescimento e a estabilidade financeira sejam importantes, elas devem ser acompanhadas por medidas que minimizam o eventual impacto negativo social da crise nos países pobres. Neste sentido, é importante dar prioridade à protecção social e às despesas em prol dos pobres é importante.
- A ajuda pública ao desenvolvimento pode também representar um papel importante no aumento das bases dos recursos internos devido à queda das exportações, das remessas e das receitas do turismo. Os doadores devem aumentar a ajuda à África em conformidade com os compromissos tomados na Cimeira de Monterrey e na Cimeira do G-8.
- Uma melhor representação dos países em desenvolvimento que devem fazer ouvir a sua voz através de uma reforma dos métodos de governação das instituições financeiras internacionais é essencialmente importante. Isto tornou-se imperioso em virtude da crescente globalização dos mercados financeiros.

27. Estas recomendações foram apresentadas e discutidas pelos Chefes de Estado e de Governo na sua Cimeira em Adis Abeba em Janeiro de 2009, Na sua reunião em Tunes, os Ministros Africanos e os Governadores dos Bancos Centrais criaram o Comité dos Dez Ministros e Governadores dos Bancos Centrais para controlar a evolução da crise, assegurar um seguimento regular, aconselhar os Ministros e os Governadores sobre as propostas e contribuir para o debate internacional em relação ao impacto económico da crise financeira e as medidas atenuantes. O Comité realizou a sua primeira reunião de coordenação em Cape Town, África do Sul, a 16 de Janeiro de 2009 e a sua segunda reunião em Dar es Salaam, Tanzania, a 11 de Março de 2009. Estas reuniões contribuíram para a formação de um consenso africano sobre a crise e sobre a forma como a comunidade internacional poderá ajudar os países da região a enfrentá-la.

#### Apoio à investigação

28. É indispensável compreender melhor o impacto potencial da crise e a forma como ela se propaga para poder conceber e aplicar medidas correctivas eficazes. Neste sentido, a Comissão Económica para a África (CEA) tem estado a fornecer apoio técnico e de investigação aos países africanos desde o início da crise. A CEA também desempenhou um papel importante na busca de um consenso africano sobre a crise, através da organização de reuniões de alto nível para os países africanos. A CEA organizou a reunião ministerial em Tunes em colaboração com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e a Comissão da União Africana (CUA). A CEA, o BAD e a CUA estão também a prestar apoio ao Comité dos Dez Ministros e Governadores dos Bancos Centrais. A assistência técnica e os serviços de consultoria desempenharam um papel determinante, permitindo aos responsáveis africanos expor claramente as preocupações da África à comunidade internacional, particularmente na Cimeira do G-20.

#### Apoio à liquidez

29. Os países africanos estão a enfrentar problemas no acesso aos mercados financeiros internacionais, devido à escassez do crédito e aumento dos prémios de risco. O BAD tomou várias medidas com vista a melhorar o acesso dos países da região aos financiamentos a longo prazo, particularmente para as infra-estruturas económicas essenciais. O Banco criou um fundo de liquidez de emergência de 1,5 biliões de dólares para conceder rapidamente um apoio pontual aos países interessados. Criou igualmente um mecanismo de financiamento de 1 bilião de dólares para melhorar o acesso ao financiamento do comércio. Algumas medidas de curto prazo foram também estabelecidas para melhorar o acesso aos recursos financeiros, nomeadamente a reestruturação de carteiras e instrumentos de pagamento para acelerar os desembolsos, a procura de fundos suplementares através de co-financiamento, a revisão dos fundos fiduciários para que os recursos sejam canalizados para os países que têm mais necessidade, e a criação de um fundo fiduciário para os países do Fundo Africano de Desenvolvimento para complementar os recursos existentes.

#### **IV. A via a seguir**

30. Os países africanos adoptaram medidas importantes a nível nacional para atenuar o impacto da crise financeira nas suas economias. No entanto, as restrições financeiras limitam o leque de medidas que os países na região podem tomar para este fim. É preciso que a comunidade internacional conceda a assistência necessária à região para que a crise financeira não se transforme numa crise humanitária regional. Os principais domínios em que a acção internacional se impõe para ajudar a África a lidar com a crise, são os seguintes:

##### ***Melhoria da disponibilidade dos recursos***

31. Os países desenvolvidos adoptaram pacotes de incentivos fiscais para promover as suas economias, mas muito pouca atenção foi prestada à necessidade de aumentar a procura em África e a forma como financiá-la. A África deve participar plenamente nos esforços concertados que visam aumentar a procura mundial. Os planos de relançamento dos países desenvolvidos serão muito mais eficazes, se forem acompanhados de planos semelhantes de incentivos fiscais nos países de baixo rendimento. Para aumentar a procura e estimular o crescimento em África, é necessário que:

- Os países ricos envidem mais esforços para cumprir os seus compromissos em matéria de ajuda e redução da dívida (CEA 2008)
- O acesso aos mecanismos financeiros seja melhorado e os desembolsos acelerados
- O Fundo Monetário Internacional seja exortado a criar um novo mecanismo com condições mais flexíveis para apoiar as economias africanas durante a crise
- Os capitais do Banco Africano de Desenvolvimento sejam aumentados para que ele possa reforçar as suas intervenções em prol do desenvolvimento africano
- O Fundo Monetário Internacional venda uma parte das suas reservas de ouro para desbloquear recursos adicionais e ajudar os países em desenvolvimento a fazer face à crise financeira
- Sejam emitidos novos direitos de saque especiais.

##### ***Reforma do sistema financeiro internacional***

32. A África e os países em desenvolvimento em geral têm manifestado as suas reservas e críticas em relação à arquitectura financeira internacional existente e métodos de atribuição de

ajuda usados pelos doadores e instituições financeiras internacionais. Apesar dessas críticas, a arquitectura financeira não mudou fundamentalmente desde a Segunda Guerra Mundial. Há alguns aspectos essenciais da arquitectura financeira mundial que os países africanos gostariam que fossem modificados no quadro da reforma das instituições de Bretton Woods.

33. Maior espaço de actuação: A imposição e o principio de condicionalidade na atribuição da ajuda tem preocupado muito os responsáveis africanos. Ao longo dos tempos os países africanos viram diminuir o seu campo de actuação e a sua liberdade de acção. A Avaliação da Política e das Instituições Nacionais (CPIA) do Banco Mundial é um exemplo de um instrumento ou quadro de atribuição de ajuda que restringe as escolhas dos governos africanos. A CPIA concede uma importância desproporcionada à eficiência das políticas em detrimento dos resultados no plano do desenvolvimento. No âmbito da CPIA, os países são classificados de acordo com a qualidade das suas políticas e do funcionamento das suas instituições. Esta primazia das políticas sobre os resultados é problemática, porque não existe nenhum consenso geral sobre o que constitui uma boa política. Os países africanos solicitam a CPIA seja reconfigurada de modo a levar em conta os resultados obtidos pelos países e que utilize os indicadores do Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares (APRM) para avaliar os progressos realizados pelos países africanos no domínio da governação.

34. Quadro de sustentabilidade da dívida (DSF): Os países africanos estão igualmente preocupados com a utilização crescente do DSF na atribuição da ajuda, tendo em conta as limitações metodológicas e as considerações subjectivas acerca do que constitui uma boa política. O DSF deve ser redefinido para resolver as deficiências e eliminar o aspecto subjectivo do que constitui uma boa política e bom funcionamento das instituições.

35. Fazer-se ouvir e participação: Os países africanos lamentam não estar representados nas grandes instâncias onde são tomadas decisões importantes que afectam as suas economias. A nova concepção da arquitectura financeira proporciona uma oportunidade para a abordagem desta questão. A África gostaria de participar no Fórum de Estabilidade Financeira e de ser melhor representada nos conselhos do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. A África deve igualmente ter uma representação permanente no G-20, porque a África do Sul é um membro do G-20 em virtude do seu estatuto como uma economia emergente.

36. Promoção do comércio: O comércio é uma importante fonte de financiamento do desenvolvimento em África. No contexto do progressivo nacionalismo económico que sustenta os planos de salvaguarda e de relançamento mobilizados pelos “países avançados”, o G-20 deve abster-se do proteccionismo do comércio. Neste sentido, a África deseja uma conclusão rápida da Ronda de Doha, que deve levar a um reconhecimento do papel que o comércio deve desempenhar no desenvolvimento.

### **Referências**

ECA (2008). Africa and the Monterrey Consensus (Addis Ababa: ECA).

ECA and APF (2008). Development finance in Africa: from Monterrey to Doha. Document prepared by the Economic Commission for Africa and Africa Partnership Forum for the Eleventh meeting of the Africa Partnership Forum, held on 17-18 November 2008.

IMF (2009). The implications of the global financial crisis for low-income countries. International Monetary Fund, March 2009.

Ratha, D. and Z. Xu (2007). Migration and remittances fact book (Washington: World Bank).